

## Levantamento de dados sobre Investimento Externo Direto e Tratados Bilaterais de Investimento em Gana

**Autoria:** Ana Saggiaro Garcia, Bárbara Dias, Yasmin Bitencourt, Ana Carolina Aguiar e Lucas Rezende

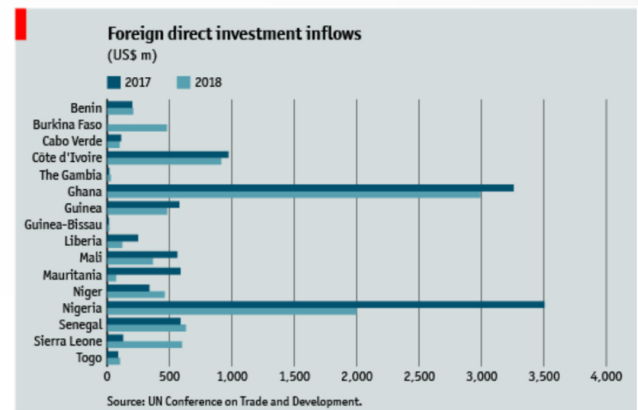
**Diagramação:** Ana Carolina Aguiar

### 1) Políticas públicas relacionadas ao investimento externo direto (IED)

Os fluxos de Investimento Externo Direto (IED) para a África Ocidental caíram 15% entre 2017 e 2018, alcançando US\$ 9,6 bilhões em 2018 (pior nível desde 2006). Gana, no entanto, apresentou uma queda inferior aos países vizinhos (particularmente a Nigéria, com queda de 43%), com queda de 8%. Os investidores estão interessados no setor de hidrocarbonetos, cuja produção de petróleo e gás segue em alta. Os países vinculados à Comunidade Econômica de Estados da África Ocidental (ECOWAS) elaboraram um programa para a indústria automotiva, com o objetivo de atrair investimentos para este setor. No entanto, investimentos amplos em setores industriais permanecem limitados.

O estoque de IDE em Gana atingiu US\$ 36 milhões em 2018 e situou-se em 55,4% do PIB. O país organiza cúpulas anuais (Ghana Investment Summit) para se posicionar como centro na África Ocidental para investidores estrangeiros. A China tem o maior número de projetos de investimento registrados nas instituições ganenses, seguida pela Índia, Reino Unido, África do Sul, Turquia, Mauritânia e França.

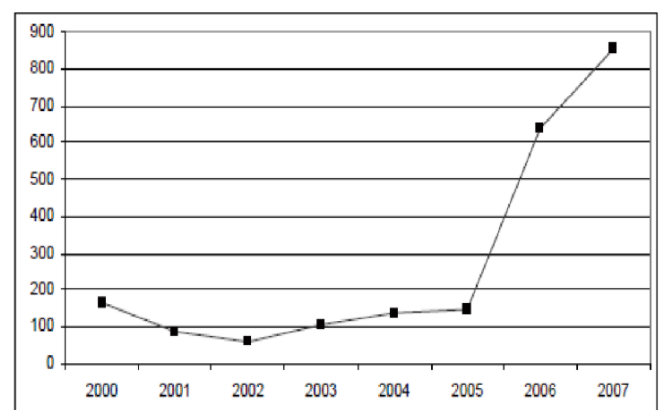
O gráfico abaixo mostra as mudanças na entrada de IED para países da África Ocidental entre 2017 e 2018:



Fonte: The Economist, 2019.

A UNCTAD identifica um aumento do fluxo de entrada de IED para Gana a partir de 2005. Neste período, dois grandes investimentos de multinacionais dos EUA no setor de mineração levaram a este aumento, fazendo com que Gana figurasse entre os dez maiores receptores de IED no continente africano. A UNCTAD aponta para dificuldades em obter dados sólidos sobre o IED diante da fragmentação de agências que lidam com os projetos. O Banco de Gana e o Centro de Promoção de Investimentos de Gana (GIPC, em inglês) têm feito esforços para coordenar os dados e estatísticas sobre IED.

Figure 1. FDI inflows into Ghana, 2000–2007 (millions of dollars)



Source: UNCTAD World Investment Report 2008.

Fonte: UNCTAD 2010, p. 33.

- Segundo a UNTACD, entre 2003 e 2010, o governo de Gana lançou dois grandes programas, que são guarda-chuvas para demais projetos: a Estratégia de Desenvolvimento do Setor Privado, de 2004 a 2008, e o Programa de Apoio ao Setor Comercial (TSSP, em inglês) de 2006 a 2010.

- Dentre estes programas estão o Projeto Gateway e o projeto para Micro, Pequenas e Médias Empresas (MSME, em inglês), além de inúmeros cortes de taxas e impostos sobre empresas, que estimularam o setor privado.

- A Estratégia de Desenvolvimento do Setor Privado é um programa abrangente que busca reconhecer as restrições regulatórias e os gargalos administrativos encontrados pelo setor privado em três níveis: 1) dificuldades de acesso ao mercado global e regional; 2) restrições regulatórias, legais, institucionais e de infraestrutura que aumentam o custo de investimento; 3) fragilidade na administração, capacidade técnica e competência empresarial.

- Dentro desta estratégia, importantes reformas foram iniciadas: abertura de escritórios da agência de promoção de investimentos GIPC nas províncias, em particular Kumasi e Tamale; redução significativa do tempo para abertura de empresa; estabelecimento de tribunais comerciais para resolução de disputas; unidades de serviços de clientes e treinamento sobre mudanças culturais. Burocracia e corrupção, entretanto, ainda são impedimentos fundamentais para investir em Gana, conforme aponta a UNCTAD.

- O Gateway Project é um projeto foca nas infraestruturas portuárias. Ele tem o objetivo de estabelecer Gana como uma porta de entrada para a África Ocidental, fazendo com que o país seja um lócus regional para o comércio e atividades de armazenamento, bem como um centro regional para engenharia marítima, tecnologia e serviços. O projeto possibilitou a privatização e a revitalização dos portos, aumentando o tráfego de embarcações, particularmente o porto de Tema. As zonas de livre comércio foram convertidas em zonas econômicas, em especial a zona de livre comércio de Tema. Gana iniciou a implementação de melhorias comerciais com os países vizinhos: o Projeto de Facilitação do Transporte e do Trânsito na África Ocidental melhora o acesso de Burkina Faso e Mali aos portos de Gana, para facilitação do comércio na sub-região. Além disso, esse projeto reabilitará e fortalecerá as ligações rodoviárias que atendem aos três países. Ainda no âmbito do Gateway Project, os portos de Tema e Takoradi foram transformados em portos privados. As atividades operacionais foram terceiri-

zadas, e o papel da Autoridade Portuária (GPHA, em inglês) e Porto de Gana foram enxugados e focados em comercialização, regulamentação e monitoramento das atividades portuárias e à prestação de serviços.

- Foram concedidos vários incentivos ao setor privado para modernização e expansão das instalações dos portos, como redução de tarifas de importação e financiamentos. Seguindo a recomendação da UNCTAD, Gana substituiu uma área na Zona de Processamento de Exportação de Tema (EPZ, em inglês) por um Parque Industrial Multiuso (Multi-purpose Industrial Park, MPIP). Essa iniciativa, realizada por meio do Gateway Project, permite transformar a EPZ e as áreas vizinhas em parques industriais ou zonas econômicas de multi-instalações. Dentro do MPIP, há a criação de um ambiente comum para produtores de diversos setores, de maneira a formar um cluster e fornecer instalações comuns.

- Os esforços de transformar Tema em um porto moderno e eficiente de containers resultou na privatização de 75% de suas atividades. A empresa Meridian Port Services ganhou a concessão de leasing do terminal quay 2 em 2007 por 20 anos. Objetiva-se que Tema seja o hub portuário para Burkina Faso, Mali e Niger.

- Há também esforços de privatização do porto Takoradi, que é voltado para exportação de commodities como manganês, bauxita e madeira, diferentemente do porto de Tema. Diversas empresas de estiva operam em Takoradi. A agência ganesa de promoção de investimentos GIPC trabalha para atração de empresas de reparação de navios para Takoradi de modo a servir a sub-região da ECOWAS.

- Por sua vez, o Projeto para Micro, Pequenas Médias Empresas (MSME Project) surgiu em 2007 com o objetivo de dar maior apoio às tentativas de empreendimento local para a fortalecimento do setor privado no país. O principal problema identificado pela UNCTAD para o empreendedorismo local é o acesso ao financiamento. As pequenas e médias empresas compõem 90% dos negócios registrados em Gana. O projeto prevê suporte técnico e financeiro às PME. Ele é administrado pelo Ministério do Comércio, Indústria e Desenvolvimento do Setor Privado, pelas Iniciativas Especiais do Presidente, e é implementado em conjunto com o Programa de Suporte ao Setor Comercial (TSSP).

- Há diferentes iniciativas para facilitar o acesso ao financiamento. Essas iniciativas são desenvolvidas no âmbito do Fundo de Investimento e Desen-

volvimento de Exportação, bem como do Fundo de Investimento e do Fundo Fiduciário de Capital de Risco. Este último foi criado por lei e está ativo desde 2005 com o objetivo de prover financiamento e desenvolver o setor de capital de risco no país. De acordo com a UNCTAD, o financiamento às PMEs é realizado por meio destas companhias financeiras de capital de risco em parceria com o setor privado. Os empréstimos são concedidos a baixas taxas de juros a longo prazo. Para garantia de compromisso contínuo, é necessária a participação de 51% do capital do proprietário da PME para que tenha acesso dos fundos de investimento. Esses fundos são dirigidos a vários setores, mas os prioritários são o de agricultura, o farmacêutico, o de TI e comunicações e o de turismo.

• A seguir, apresentamos de modo sucinto medidas relativas à legislação, infraestruturas e ambiente competitivo em Gana:

- Administração de impostos: desde 2003, Gana vem reduzindo a taxa geral de impostos, chegando hoje a 25% com o objetivo de incentivar o aumento dos investimentos do setor privado. Em 2006 o Ministério das Finanças criou o Large Taxpayer Unit, que incorpora os grandes pagadores de impostos, que contribuem com 60% das arrecadações do país. Apesar da taxa geral de 25%, muitos setores têm reduções ou mesmo isenções, por exemplo: indústria hoteleira (taxa de 22%); setores de hortaliças, cacau, madeira, artesanato local (8%); desenvolvedores nas Zonas Econômicas Especiais (1%); empresas listadas na bolsa de valores de Gana (22%); empresas agro-processamento que operam no país por 5 anos (1%); produtos derivados do cacau também em operação por 5 anos (1%); serviços bancários rurais em operação por 10 anos (1%); cultivo de árvores em operação por 5 anos (1%); processamento de resíduos, entre vários outros.

- Apesar destas isenções, em 2018 o governo de Gana anunciou querer aumentar a base tributária do país. Seu argumento é que, em um universo de 14 milhões de trabalhadores, cerca de 1,5 milhão paga impostos. Alterações fiscais foram introduzidas na revisão do orçamento na metade de 2018 em resposta à baixa entrada de receita, que não atingiu a meta. A alteração prevê um aumento na taxa de imposto de renda para 35% sobre veículos de luxo, e modificações no sistema de imposto sobre valor agregado. Apesar disso, estima-se que o déficit público em 2017 foi de 4,8% do PIB em 2017. O FMI instou o governo a usar o próximo orçamento para combater as diferenças de receita e abordar de forma mais decisiva a questão das isenções fiscais. Um dos focos do presidente Akufo-A-

ddo eleito em 2017 foi a tentativa por consolidar sua posição fiscal.

- Reformas sobre Terras: Nos anos 2000, o governo de Gana iniciou um Projeto para Administração de Terras, com o objetivo de tornar transparente e eficiente o sistema de administração e posse. Este projeto foi implementado pelo Ministério de Terras, Agricultura e Silvicultura. Um conjunto de agências com overlap de mandatos (Comissão Fundiária, o Departamento de Inspeção, Registro de Posse de Terra e Conselho de Avaliação de Terras) foram fusionadas na Comissão Fundiária, que pretendeu funcionar como “one-stop-shop” para registro de terras. Com isso, a UNCTAD aponta que o tempo para registro caiu de 36 para 2 meses. Ao mesmo tempo, secretarias regionais foram estabelecidas nas localidades para reduzir incertezas e inseguranças, contabilizando 38 secretarias regionais em 2008.

- Em 2008 foi aprovada a Lei de Comissão de Terras, que representou o esforço de consolidação de várias legislações existentes e uma única só lei. Foram estabelecidos tribunais especializados em questões de terras para fortalecer a capacidade de gerenciamento e solução de casos. Adicionalmente, o governo de Gana estabeleceu junto ao GIPC um banco de terras para centralizar informações a serem acessadas por investidores.

- Mecanismos de disputas sobre Trabalho: Uma Nova Lei Trabalhista foi aprovada em 2003, consolidando antigas legislações laborais em uma só, colocando-as em conformidade com o padrão da Convenção Internacional do Trabalho, a qual Gana é signatária. Gana criou uma Comissão Nacional sobre Trabalho (NLC, em inglês), cuja função é a resolução de disputas laborais e industriais por meio da Resolução Alternativa de Disputas (ADR, em inglês) e um uso particular de mediação e arbitragem.

- A lei de 2003 limitou a influência do Congresso Sindical ao não exigir que sindicatos precisem estar filiados a este congresso, e permitir que diretores de trabalho emitam certificados sobre negociações coletivas. A lei também tornou mais restritivas as condições sob as quais as ações legais de greve podem ser realizadas, resultando na diminuição significativa do número de greves desde sua promulgação. A nova elaboração da lei laboral inclui flexibilização de horário de trabalho, pagamento por produtividade baseado negociações coletivas e requerimentos mínimos para pagamento indenizações de acordo com normas internacionais.

- Um Comitê Nacional Tripartite entre representantes de governo, sindicatos e empregadores foi criado com a responsabilidade de estabelecer o salário mínimo diário e debater questões relativas ao emprego e ao mercado de trabalho.

- Reforma judicial: No contexto de reforma administrativa, Gana criou Cortes Comerciais em meados dos anos 2000. Mecanismos alternativos de resolução de disputas (ADRs) foram introduzidos nestes tribunais, tornado mandatário processos pré-judiciais de solução de controvérsias.

- Concorrência: O programa de apoio ao setor comercial TSSP trabalhou um conjunto de leis para concorrência e proteção ao consumidor. Foi criada uma Comissão de Concorrência e Proteção ao Consumidor.

- Propriedade Intelectual: Gana também introduziu leis de propriedade intelectual para entrar em conformidade ao TRIPS da OMC, incluindo patentes, marcas registradas, direitos de cópia, design industrial, indicações geográficas e desenhos de layout (topografias). O governo da Suíça proveu assistência técnica para a modernização do sistema de propriedade intelectual em Gana.

- Recursos humanos: foram criadas agências de emprego para o setor privado e público, para apoiar empregadores e trabalhadores em busca de emprego. Para aumentar a produtividade do trabalho, o Programa de Apoio Comercial TSSP realizou uma reforma educacional em 2007 com o objetivo de melhorar a ligação entre educação e necessidades da indústria, particularmente em setores estratégicos e em parceria com o setor privado; estabelecimento de um grupo consultivo entre empresas, universidade e governo; abertura de centros de treinamento especializados em alguns setores, etc. O foco da educação secundária é destinada na preparação dos estudantes para entrada em instituições de produção terciária e para o mercado de trabalho em parcerias industriais.

- No setor de Ciência e Tecnologia, foi criada a Ghana Telecom University College para formar graduados em engenharia de telecomunicação e multimídia. Através de uma parceria com a Índia, foi criado o primeiro centro avançado de tecnologia de informação para promover a CT&I na região da ECOWAS.

- Energia: O problema de energia e eletricidade em Gana alcançou seu ponto crítico em meados dos anos 2000. Aumento da demanda e constantes secas levaram a quedas recorrentes de energia, fazendo com

que a hidrelétrica Akosombo (que produz dois terços do suprimento energético de Gana), operasse com apenas um terço de sua capacidade. Os custos de produção aumentaram enormemente, fazendo com que as empresas tivessem que investir para garantir sua própria energia nos anos 2000. Embora o ápice da crise energética tenha acabado, os cortes de energia são frequentes, fazendo com que o governo introduzisse medidas emergenciais e avançasse em reformas do setor energético. O governo de Gana adquiriu novos geradores, reformou hidrelétricas e construiu novas plantas. Ele contou com ajuda da China, com crédito e doações no valor de US\$ 562 milhões para a construção da barragem Bui Dam por uma empresa chinesa. Além disso, o governo abriu o sistema de transmissão da estatal Volta River através da criação da National Grid Company (GRIDCO), criada com o objetivo de dar acesso aberto a produtores de energia públicos e privados. Por fim, podemos mencionar iniciativas regionais importantes como o Projeto de Gasoduto da África Ocidental (WAGPP, em inglês) e a Associação Energética da África Ocidental (WAPP, em inglês).

- Água: Apesar de ter recursos hídricos abundantes, Gana sofre problemas com água relacionados à dutos e infraestrutura precária. Em 2006 o governo de Gana privatizou parcialmente o abastecimento de água, realizado pela estatal Ghana Water Company, através de uma joint venture com a holandesa-sul-africana a Agua Vitens Rand Water Ltd (AVRL), concedendo a esta 5 anos de operação. Entretanto, a UNCTAD reporta problemas graves após a privatização, como desabastecimento e falta de investimento na infraestrutura, apesar o aumento dos preços.

- Competitividade: O setor bancário foi liberalizado em Gana a partir de 2003. Entre 2003 e 2007 houve aumento significativo do crédito para o setor privado. Também neste período registrou-se o aumento da entrada de bancos estrangeiros no país. A UNCTAD destaca a entrada de bancos da Nigéria, Malásia e Índia. Foi introduzido o sistema universal para os bancos, permitindo-os operar em varejo, indústria e investimento sem necessidade de licenças separadas. Bancos estrangeiros são submetidos a tratamento nacional. Em 2007, o governo lançou uma plataforma de Offshore Banking, com o objetivo de transformar Gana em um hub financeiro na África continental, seguindo o modelo das Ilhas Maurício. Para isso, contou com a parceria do Barclays Bank Ghana.

- Ao longo dos anos 2000, o governo de Gana abriu o capital de algumas empresas estatais, através de ofertas públicas iniciais. É o caso da estatal de pe-

tróleo Ghana Oil Company Limited (GOIL, em inglês) e da Companhia Estatal de Seguro em 2007. No caso da GOIL, o governo vendeu 49% de suas ações, e no caso da estatal de seguros vendeu 60% de ações. As ofertas públicas iniciais atraíram interesse de bancos e seguradoras internacionais. Além disso, no setor de telecomunicações, o governo vendeu 75% de sua participação na Westel à Celtel International, uma subsidiária da Zain, empresa de telecomunicações do Kuwait.

- Em 2017 o governo de Gana anunciou a abertura de empresas estatais na bolsa de valores. Empresas 100% estatais passaram de 300 nos anos 1980 para 46 ao final dos anos 2000. Os argumentos apresentados são que empresas no setor energético (Volta River Authority, Tema Oil Refinery, Volta Aluminium Company, e COCOBOD) apresentariam déficits constantes; as empresas públicas não conseguem cumprir os padrões de contabilidade e transparência; as privatizações reduziram as dívidas do governo. Mesmo com esses movimentos de privatização, há muita resistência, principalmente dos por parte dos trabalhadores públicos, que temem perder seus empregos, prometidos pelo governo na agenda eleitoral.

- Endividamento: O déficit fiscal de Gana chegou a 4,2% do PIB em 2019. O governo de Gana pretende cumprir a agenda do FMI e não aumentar o déficit. Apesar do FMI ter solicitado ao governo que resolva as diferenças de receita e reduza as isenções fiscais, as autoridades permanecerão hesitantes em reduzir significativamente os gastos com salários, temendo o ressentimento público, o que resultará em novos empréstimos. A dívida domina os gastos do governo, e espera-se que isso continue no período de previsão entre 2019 e 2023.

- Petróleo: Apesar dos problemas relativos à baixa produtividade, gargalos na infraestrutura e pouco acesso ao crédito, a economia de Gana crescente puxada pelo setor de petróleo. A previsão do PIB era de 5,6% em 2021 até 2023, porém com melhores perspectivas de produção de petróleo, a previsão foi elevada para uma média de 6%. Em janeiro de 2019, a Aker Energy anunciou a descoberta de barris de 450m-550m no bloco do Cabo Deepwater Tano (DWT/CTP) ao largo da costa, com possíveis reservas recuperáveis de quase 1 bilhão de barris. O primeiro petróleo dos campos de Aker é esperado entre o último trimestre de 2020 e o primeiro de 2021.

- Em 2018, o vice-presidente reiterou a busca do governo por fazer de Gana um hub de produtos petrolíferos refinados na região da África Ocidental. Mahamadu Bawumia afirmou que plano visa garantir

que o petróleo produzido em Gana também seja refinado no país, agregando valor. Isso pode facilitar o desenvolvimento do subsetor de petróleo e, segundo autoridades, aumentar os níveis de IED e incentivar as empresas internacionais de comércio e armazenamento de petróleo a basear suas operações no país. Pelo menos três novas refinarias estão sendo planejadas. Uma instalação com capacidade de pelo menos 100.000 barris por dia, complementar a refinaria de petróleo Tema e fornecerá produtos derivados de petróleo apenas para o mercado doméstico.

- Segundo o jornal The Economist, existem dificuldades internas e externas para consolidação do projeto. Em termos domésticos, atualmente existem várias empresas de distribuição de petróleo a granel relativamente pequenas que podem ter dificuldades para competir na região da África Ocidental. A consolidação dos prestadores de serviços de petróleo é vital. Além disso, a legislação petrolífera exige ajustes e as autoridades já estão prometendo uma revisão desta lei. Regionalmente, o Gana não é o único país que procura se posicionar como um polo petrolífero: a Costa do Marfim anunciou planos de gastar US\$ 1 bilhão de dólares em oleodutos e armazenamento de produtos petrolíferos, enquanto a Nigéria propôs investir US\$ 12 bilhões em uma refinaria para um montante de 650.000 barris por dia.

## 2) Tratados Bilaterais de Investimento

Gana é parte do regime internacional de investimentos com 28 Tratados Bilaterais de Investimentos (TBIs) ao redor do mundo. Destes, 3 são com países BRICS (China, África do Sul e Índia); 11 são com países africanos; 11 são com países europeus. Dos países da América Latina e Caribe, Gana mantém TBIs com Cuba e Barbados.

O país revisou seu modelo de TBI no sentido de balancear os interesses entre investidores e Estado, seguindo a recomendação da UNCTAD em 2006. Desde 2003, Gana assinou e ratificou também seis tratados sobre dupla tributação. (Vide tabela 1)

Gana é membro signatário da convenção do Centro Internacional para Arbitragem sobre Investimentos (CIADI), do Banco Mundial, desde sua fundação em 1965. Desde os anos 1990 existem 4 casos de arbitragem entre investidores internacionais e o país africano. O caso com maior repercussão na imprensa internacional é o da mineradora sul-africana Anglo Gold Ashanti. (Vide tabela 2)

Tabela 1. Tratados Bilaterais de Investimento (TBI)<sup>1</sup>

Gana				
Nº	País	Desde quando	Em vigor desde	Status
01	Reino Unido	22/03/1989	25/10/1991	Em vigor
02	Holanda	31/03/1989	01/07/1991	Em vigor
03	Romênia	14/09/1989	-	Assinado, mas não em vigor
04	China	12/10/1989	22/11/1990	Em vigor
05	Bulgária	20/10/1989	-	Assinado, mas não em vigor
06	Suíça	08/10/1991	16/06/1993	Em vigor
07	Dinamarca	13/01/1992	06/01/1995	Em vigor
08	Alemanha	24/02/1995	23/11/1998	Em vigor
09	Malásia	08/11/1996	18/04/1997	Em vigor
10	Costa do Marfim	04/11/1997	-	Assinado, mas não em vigor
11	Egito	11/03/1998	-	Assinado, mas não em vigor
12	Itália	25/06/1998	-	Assinado, mas não em vigor
13	África do Sul	09/07/1998	-	Assinado, mas não em vigor
14	França	26/03/1999	-	Assinado, mas não em vigor
15	Cuba	02/11/1999	-	Assinado, mas não em vigor
16	Sérvia	25/04/2000	07/07/2000	Em vigor
17	Guiné	18/05/2001	-	Assinado, mas não em vigor
18	Burquina Fasso	18/05/2001	18/08/2003	Em vigor
19	Benim	18/05/2001	-	Assinado, mas não em vigor
20	Zâmbia	18/05/2001	-	Assinado, mas não em vigor
21	Ilhas Maurício	18/05/2001	-	Assinado, mas não em vigor
22	Mauritânia	18/05/2001	-	Assinado, mas não em vigor
23	Índia	05/08/2002	-	Concluído
24	Zimbábue	30/06/2003	-	Assinado, mas não em vigor
25	Botsuana	04/07/2003	-	Assinado, mas não em vigor
26	Espanha	06/10/2006	-	Assinado, mas não em vigor
27	Barbados	22/04/2008	-	Assinado, mas não em vigor
28	Turquia	01/03/2016	-	Assinado, mas não em vigor

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da UNCTAD

<sup>1</sup> Destaque em amarelo para países BRICS

Tabela 2. Casos de Arbitragem Internacional

Nigéria				
Nº	1	2	3	4
Caso	Vacuum Salt Products Ltd. v. Republic of Ghana (ICSID Case No. ARB/92/1)	Telekom Malaysia Berhad v. The Republic of Ghana (PCA Case No. 2003-03)	Gustav F W Hamester GmbH & Co KG v. Republic of Ghana (ICSID Case No. ARB/07/24)	AngloGold Ashanti (Ghana) Limited v. Republic of Ghana (ICSID Case No. ARB/16/15)
Requerente	Vacuum Salt Products Ltd. (Gana)	Telekom Malaysia Berhad (Malásia)	Gustav F W Hamester GmbH & Co KG (Alemanha)	AngloGold Ashanti Limited (África do Sul)
Requerido	República de Gana	República de Gana	República de Gana	República de Gana
Ano de início	1992	2003	2007	2016
Assunto da Disputa	Operação de mineração de sal	Arbitragem de investimentos	Joint Venture de exploração e produção de cacau	Concessão de mineração
Setor	Financeiro	Telecomunicação	Outra Indústria	Petróleo, Gás e Mineração
Instrumento Invocado	Contrato	Contrato	TBI Gana-Alemanha (1995)	Contrato
Status	Concluído	Concluído	Concluído	Concluído
Resumo	Reivindicações decorrentes de uma suposta violação e expropriação progressiva de direitos contratuais para desenvolvimento de uma instalação de produção e mineração de sal na Lagoa Ada-Songor, na República de Gana.	Reivindicações decorrentes da decisão do governo de não renovar um contrato de gerenciamento de telecomunicações para o investidor e, em vez disso, colocar a administração da empresa em leilão.	A reivindicação da empresa alemã se referiu a reclamações por violações do contrato de joint venture, bem como violações do TBI pela empresa estatal de processamento e comércio de grãos de cacau.	A empresa recorreu ao CIADI para que ocorresse uma ordem urgente ao governo de Gana para usar sua autoridade e força militar para conter as invasões de mineradores ilegais em sua base de mineração na mina de Obuasi Gold.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do CIADI/ICSID e da UNTACD

## Gana vs Anglo Gold

### Shell vs Nigeria

Em 2016, Gana enfrentava um sério problema de invasão das concessões de empresas de mineração por mineradores ilegais. As incursões crescentes refletiam um colapso do sistema em todo o setor de mineração, a percepção de que o Estado tinha fracassado em proteger seus interesses, encorajava as pessoas a tentar fazer justiça com as próprias mãos e reivindicar sua “participação no bolo da mineração”.

Algumas empresas de mineração que tiveram que lidar com a crescente rebelião de mineradores foram: AngloGold Ashanti Obuasi, Owere Mines em Konongo e Perseus Mining em Ayanfuri.

O crescente número de mineradores artesanais em um ambiente desregulado levou a um aumento das tensões, criando um potencial significativo de conflito. Em junho de 2016, nove pessoas morreram em um período de três semanas na concessão de Obuasi Gold da AngloGold Ashanti Mines. A empresa culpou o ocorrido à falta de “intervenção significativa e eficaz das autoridades estatais” para conter a ameaça de mineração ilegal.

Alguns meses depois, e após diversas manifestações feitas pelos mineradores artesanais de Obuasi em protesto ao modo de executar o plano de realocação, chegou-se a um acordo sobre a mudança desses mineradores para um novo local designado para eles pela Comissão de Mineraiis.

O longo impasse entre os mineradores de pequena escala e a AngloGold Ashanti sobre a ocupação ilegal da concessão da empresa, levou a AngloGold Ashanti a um procedimento arbitral contra o governo de Gana.

A partir da reunião dos funcionários da Comissão de Mineraiis com a liderança dos mineradores artesanais em Obuasi foi possível chegar a um acordo em que a AngloGold Ashanti liberou 60% de suas concessões para esses mineradores de pequena escala.

No entanto, as autoridades estão preocupadas com a permanência de problemas de invasão no território referente aos outros 40%, uma vez que os mineradores artesanais apontam que a área renunciada pela empresa não estava totalmente preparada para a mineração.

Além disso, não se pode ignorar as acusações do Chefe do Executivo Municipal de Obuasi à AngloGold Ashanti de se envolver na política local, quando após a explosão de Kwasi Ofori Agyeman Boadi surgiram outdoors com os logotipos do partido NPP e da empresa em toda a cidade. A AngloGold Ashanti, no entanto, negou o envolvimento com política partidária.

Em 2018, a AngloGold anunciou a retomada das atividades da mina de ouro de Oubasi, que operava de forma limitada desde 2014, e declarou que: “Obuasi agora tem o plano de mina, mão-de-obra, entendimento geológico e o modelo social para que com seu corpo de minério de primeira classe alcance o padrão mundial. As métricas do projeto mostram um projeto de alto retorno e longa vida útil, que não apenas levam em conta a extração rápida e lucrativa, mas também oferecem retornos atraentes para o investimento.”

Fonte: MiningGlobal e GhanaWeb



Fontes:

- ‘Foreign Direct Investment (FDI) in Ghana’, in: [https://www.nordeatrade.com/en/explore-new-market/ghana/investment?vider\\_sticky=oui](https://www.nordeatrade.com/en/explore-new-market/ghana/investment?vider_sticky=oui)
- GIPC- Ghana Investment Promotion Center. Ghana Incentives Inventory, in: <https://www.gipcghana.com/press-and-media/downloads/promotional-materials/33-ghana-incentives-inventory/file.html>. Acesso em março de 2019
- The Economist. ‘FDI outlook for 2019 remains dim after a poor 2018’. July 10th, 2019.
- \_\_\_\_\_. ‘Ghana looks to domestic investors to finance fiscal deficit’. January 17th, 2019.
- \_\_\_\_\_. ‘Oil production outlook revised upwards’. February 22nd, 2019.
- \_\_\_\_\_. ‘Ghana looks to widen tax base’. November 13th, 2018.
- \_\_\_\_\_. ‘Plans for petroleum hub reiterated’. June 8th, 2018.
- UNCTAD. Report on the Implementation of the Investment Policy Review Ghana. United Nations, Geneva, 2010.
- <https://investmentpolicy.unctad.org/international-investment-agreements/countries/79/ghana?type=bits>
- <https://icsid.worldbank.org/en/Pages/cases/casedetail.aspx?CaseNo=ARB/92/1>
- <https://icsid.worldbank.org/en/Pages/cases/casedetail.aspx?CaseNo=ARB/07/24>
- <https://icsid.worldbank.org/en/Pages/cases/casedetail.aspx?CaseNo=ARB/16/15>
- <https://investmentpolicy.unctad.org/investment-dispute-settlement/cases/114/telekom-malaysia-v-ghana>
- <https://www.newsghana.com.gh/ghana-seeks-more-private-sector-participation-in-its-state-owned-enterprises/>
- <https://www.ghanaweb.com/GhanaHomePage/business/Invasion-of-mines-is-systemic-failure-433616>
- <https://www.ghanaweb.com/GhanaHomePage/NewsArchive/9-dead-in-3-weeks-on-Anglo-Gold-mines-company-calls-for-help-446371>
- <https://www.miningglobal.com/operations/anglogold-invest-500m-restart-obuasi-gold-mine>
- <https://www.ghanaweb.com/GhanaHomePage/business/Obuasi-miners-agree-to-relocate-to-end-stand-off-with-AngloGold-481545>
- <https://www.ghanaweb.com/GhanaHomePage/NewsArchive/Obuasi-MCE-accuses-AngloGold-Ashanti-of-dabbling-in-politics-487019>

# BOLETIM LIERI

Laboratório Interdisciplinar de  
Estudos em Relações Internacionais



## SOBRE O LIERI

O Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Relações Internacionais (Lieri) é um núcleo de pesquisa que reivindica uma abordagem interdisciplinar das relações internacionais, valorizando as diversas contribuições dos especialistas das áreas das Humanidades. O grupo agrega pesquisadores com diferentes formações acadêmicas, como historiadores, economistas, cientistas sociais, cientistas políticos, geógrafos, especialistas em Relações Internacionais, dentre outros pesquisadores das Ciências Humanas que têm objetos de estudo ligados às Relações Internacionais. Sua formação se originou de uma iniciativa de professores e alunos ligados ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). As atuais linhas de pesquisa do grupo são: História das Relações Internacionais; Política externa e relações internacionais do Brasil, Economia Política Internacional, Segurança Internacional, Teoria, Instituições e Relações Internacionais.

[www.laboratorios.ufrrj.br/lieri/](http://www.laboratorios.ufrrj.br/lieri/)

[www.facebook.com/lieriufrrj/](https://www.facebook.com/lieriufrrj/)

[lieri@ufrrj.br](mailto:lieri@ufrrj.br)

Coordenação: Ana Saggiaro Garcia

Diagramação: Ana Carolina Aguiar